



# Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 151 • set. / 2007

*Coordenadora*

**TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER**

*Publicação oficial do*

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. (Extrato de Convênio 09/2005)

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## I. DOUTRINA NACIONAL

1. A inadmissibilidade dos embargos de declaração e dos embargos infringentes e seu reflexo em relação à interrupção do prazo para outros recursos II  
*Maria Lúcia L. C. de Medeiros*..... 9
2. Execução de títulos judiciais que reconhecem obrigação de pagar quantia  
*Fábio Victor da Fonte Monnerat*..... 26

## II. DOUTRINA INTERNACIONAL

1. Los cambios de paradigmas en el derecho procesal el "neoprocesalismo"  
*Oswaldo Alfredo Gozani*..... 59
2. Durata ragionevole del giudizio e forme alternative di tutela  
*Luigi Paolo Comoglio*..... 72

## III. ATUALIDADES NACIONAIS

1. O recurso extraordinário, a repercussão geral e a súmula vinculante  
*Manoel Lauro Volkmer de Castilho*..... 99
2. Aspectos processuais das alterações no regime de responsabilidade civil dos administradores da sociedade limitada introduzidas pelo novo Código Civil  
*Eduardo Bastos de Barros*..... 120
3. *Amicus curiae*: atuação plena segundo o princípio da cooperação e o poder instrutório judicial  
*Rodrigo Strobel Pinto*..... 131
4. Repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário  
*Arlete Inês Aurelli*..... 140
5. Sentença parcial  
*Paulo Afonso de Souza Sant'Anna*..... 150
6. A (in)constitucionalidade da súmula impeditiva de recursos  
*Nério Andrade de Brida*..... 185

## IV. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Os entendimentos divergentes do STJ e do STF acerca do procedimento para a concessão do benefício da justiça gratuita às pessoas jurídicas com e sem fins lucrativos

*Ticiano Alves e Silva* ..... 195

## V. JURISPRUDÊNCIA

## Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal

Ato administrativo – Declaração de nulidade – Decisão unilateral da Administração – Inadmissibilidade, mormente se a situação jurídica integra o patrimônio do administrado ou servidor – Instauração do contraditório que se impõem – AgRg no AgIn 587.487-8/RJ – 1.ª T. – STF – v.u. – rel. Min. *Marco Aurélio*..... 205

2. Superior Tribunal de Justiça

Honorários de advogado – Arbitramento – Valor irrisório – Majoração da verba – Admissibilidade – Aplicação do art. 20, § 4.º, do CPC – REsp 931.434/MS – 3.ª T. – STJ – maioria – rel. Min. *Humberto Gomes de Barros*..... 209

3. Tribunal Regional Federal da 5.ª Região

Penhora – Execução de sentença – Constrição incidente sobre bens de empresa pública – Admissibilidade – Ausência de comprovação de que a empresa desenvolva atividades relacionadas à prestação de serviço público – AgIn 2006.05.00.028214-9/SE – 2.ª T. – TRF-5.ª Reg. – v.u. – rel. conv. Des. Federal *Manoel Erhardt*..... 211

4. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Mandado de segurança – Ato judicial – Impetração visando solucionar questões de índole administrativa disciplinar e de suspeição do juiz do feito – Inadmissibilidade – Inapropriedade da via eleita – MS 2006.0000.1365-0/0 – Pleno – TJCE – v.u. – rel. Des. *Francisco de Assis Filgueira Mendes*..... 214

5. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Competência – Conexão – Ação de imissão de posse e ação de revisão de cláusulas contratuais – Demanda revisional em curso na Justiça Federal – Impossibilidade da reunião dos processos conexos – Hipótese em que deve ser suspenso o feito referente à ação processada perante a Justiça Estadual, até o julgamento da revisional em trâmite na Justiça Federal – ApCiv 376629-6 – 18.ª Câm. Civ. – TJPR – v.u. – rel. Des. *Rabello Filho*..... 219

Agravo de instrumento – Conversão em agravo retido – Inadmissibilidade – Execução fiscal – Incompatibilidade entre a nova sistemática do procedimento do agravo com

	o processo de execução – MS 381.793-4 – 1.ª Câm. Cív. – TJPR – v.u. – rela. Des. <i>Vilma Régia Ramos de Rezende</i> ...	224
6.	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	
	Indenização – Dano moral – Cumprimento da sentença – Juços de mora – Incidência a partir da data do evento danoso – Correção monetária devida desde a fixação da verba indenizatória – AgIn 474.872.4/6-00 – 4.ª Câm. de Direito Privado – TJSP – v.u. – rel. Des. <i>Francisco Loureiro</i> .....	227
VI. CONFERÊNCIAS		
1.	Considerazioni su prova e motivazione	
	<i>Michele Taruffo</i> .....	229
VII. ESTUDO DE CASO		
1.	Efeitos do agravo de instrumento (art. 524 do CPC) interposto contra liminares antecipatórias ou acautelatórias e a sentença posteriormente prolatada: estudo do REsp 742.512-DF do STJ	
	<i>Walter Moura</i> .....	241
VIII. PARECERES		
1.	Ação rescisória. Admissibilidade. Sentença de mérito proferida em processo de liquidação por artigos. Princípio da congruência. Correlação entre pedido e sentença. Impossibilidade de o órgão judicial desconsiderar o princípio dispositivo. Inexistência de pedidos de condenação em verbas e títulos referentes ao pensionamento. Violação a literal disposição de lei no julgamento <i>extra e ultra petita</i>	
	<i>Sérgio Rizzi</i> .....	275
IX. TRABALHOS FORENSES		
1.	Ação popular. Atuação do cidadão. Assistência litisconsorcial. Requisitos. § 5.º do art. 6.º da Lei da Ação Popular	
	<i>Luiz Manoel Gomes Junior</i> .....	297
2.	Prequestionamento. Fatos. Imprescindibilidade. Responsabilidade civil. Acidente de automóvel	
	<i>Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias</i> .....	302
X. NOTAS E COMENTÁRIOS		
1.	Princípios informativos das ações coletivas	
	<i>Eneida Luzia de Souza Pinto</i> .....	311
2.	Recurso especial e matéria de ordem pública: desnecessidade de prequestionamento	
	<i>Rogério Licastro Torres de Mello</i> .....	335
XI. RESENHAS		
1.	TUCCI, José Rogério Cruz e. <i>Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006 – resenha por	
	<i>Teresa Arruda Alvim Wambier</i> .....	345

2. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. <i>A Fazenda Pública em juízo</i> . São Paulo: Dialética, 2007 – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier .....	346
3. MANCUSO, Rodólfo de Camargo. <i>Divergência jurisprudencial e súmula vinculante</i> . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier .....	347
4. SICA, Heitor Vitor Mendonça. <i>Preclusão processual civil</i> . São Paulo: Atlas, 2006 – resenha por Teresa Arruda Alvim Wambier .....	348
5. VENTURI, Elton. <i>Processo civil coletivo</i> . São Paulo: Malheiros, 2007 – resenha por Luiz Manoel Gomes Junior e Miriam Fecchio Chueiri.....	349
6. DIAS, Jean Carlos. <i>Controle judicial de políticas públicas</i> . São Paulo: Método, 2007 – resenha por Luiz Manoel Gomes Junior e Miriam Fecchio Chueiri.....	351
7. VASCONCELOS, Rita. <i>Princípio da fungibilidade – Hipóteses de incidência no processo civil brasileiro contemporâneo</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007 – resenha por Luiz Manoel Gomes Junior e Miriam Fecchio Chueiri.....	356
8. GODINHO, Robson Renault. <i>A proteção processual dos direitos dos idosos</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007 – resenha por Luiz Manoel Gomes Junior e Miriam Fecchio Chueiri.....	358
9. SCHMIDT JUNIOR, Roberto Eurico. <i>Tutela antecipada de ofício</i> . Curitiba: Juruá, 2007 – resenha por Luiz Rodrigues Wambier.....	360
10. WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme da Costa. <i>Curso completo de processo civil</i> . Belo Horizonte: Del Rey, 2007 – resenha por Luiz Rodrigues Wambier .....	363
XII. RESUMOS.....	365
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	369
CONSELHEIROS HOMENAGEADOS .....	377
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	379